

FTIGESP NEWS // Com nova lei, 80 mil gráfcos podem perder piso e direitos já em 60 dias

, 29 Agosto 2018 - 07:54:00

Sem calendário e metas, patrões podem acabar com direitos do gráfcico

A lei da reforma trabalhista de Temer permite que os patrões deixem de pagar o piso salarial e os direitos coletivos dos 80 mil gráfcos paulistas a partir de novembro em função de referência anual do reajuste salarial e da renovação da convenção de direitos dos trabalhadores das gráfcas. E já a partir de outubro para os gráfcos dos jornais da capital e do interior. A única forma para isso não ocorrer é se, somente se, a negociação entre os sindicatos dos trabalhadores e patronal terminar em outubro no caso das gráfcas; e em setembro referente aos jornais e revistas.

A fim de garantir a negociação em tempo, e sem que haja pressão para retirada dos direitos, a Federação Estadual da categoria (Ftigesp) apresentou na última semana a pauta de reivindicação aos patrões. E exigiu a abertura da negociação com os representantes das indústrias gráfcas e também dos jornais da capital e do interior. A entidade exigiu um calendário com datas e metas pré-definidas para que as tratativas e a definição da nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) não ultrapassem o prazo limite.

O patronal, por sua vez ainda não respondeu o pleito dos trabalhadores. É por isso que, a fim de evitar o pior diante de uma possível demora dos patrões e a perda total para os empregados, a Ftigesp também exigiu do empresariado o compromisso por escrito sobre a validade dos direitos e do piso salarial mesmo que as negociações passem de 31 de outubro no caso das tratativas relativas às indústrias gráfcas; e 30 de setembro referente aos jornais e revistas da capital e do interior, pois estes têm a data-base em 1 de outubro. A Ftigesp sugere o início das negociações com os jornais e revistas daqui a duas semanas, entre os dias 13 e 15.

No caso das gráfcas, sugeriu a primeira reunião para 25 de setembro, e depois nos dias 9, 16 e 31 de outubro. Leonardo Del Roy, presidente da Ftigesp, responsável por coordenar a negociação dos 16 sindicatos dos trabalhadores envolvidos nestas negociações, antecipa que as tratativas iniciais focarão na garantia da data-base de 1 de novembro e da extensão da validade da atual da CCT, independente do tempo que durar a negociação da nova convenção coletiva da categoria. "Só depois disso, garantindo os direitos existentes, que entraremos na pauta de reivindicação propriamente dita, a qual visa a manutenção integral dos direitos, o reajuste salarial de 3% acima da inflação anual, bem como o mesmo aumento na PLR que durante os últimos anos não tiveram qualquer reajuste, além de novas cláusulas para reduzir os prejuízos da nova lei trabalhista, como os contratos de terceirizados, intermitentes, temporários e muito mais", adianta a Ftigesp.